

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) E O PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

THE PEDAGOGICAL POLICY PROJECT (PPP) AND THE PROCESS OF INCLUSION IN CHILD EDUCATION: AN INTEGRATIVE REVIEW

Ana Grete Alves dos Santos¹
Cícera Estefane Gomes de Macedo²
Claudete Almeida Agra³
Edilson Raniere Gonçalves Pereira⁴
Edileuza Almeida Agra⁵

RESUMO: O Projeto Política Pedagógica deve ser visto como um instrumento norteador das ações educacionais inclusivas que contemple ações que favoreçam o desenvolvimento das crianças na educação infantil. Diante disso, tem-se como objetivo geral compreender a importância da educação inclusiva bem como do PPP no contexto da escola de Educação Infantil. Para atender ao objetivo proposto, realizou-se uma revisão integrativa a partir de artigos científicos. Obteve-se como principal resultado a importância do PPP, o qual contribui no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, bem como de inserir no currículo práticas que contemplem as singularidades e especificidades de cada criança, que envolve a comunidade escolar durante todo o processo educativo e se sintam responsáveis por aquilo que acontece âmbito escolar, inclusive e principalmente em relação ao desenvolvimento dos educandos com deficiência, que precisam ser especialmente atendidos nas suas singularidades. Empós, é possível concluir que é preciso ampliar o debate no interior da escola acerca dos assuntos que envolvem a inclusão que devem estar contemplados no PPP é de vital importância. Nesse sentido, é importante destacar que as ações devem ser realizadas através de uma gestão democrática, na qual prevaleça a responsabilidade coletiva, sendo assim, as ações apontadas como essenciais para definir, corrigir e aprimorar o PPP e torná-lo mais inclusivo tornam-se mais facilitadas no momento em que todos tornam-se corresponsáveis pelas ações e vivências que deverão ser realizadas com base nesse documento.

1189

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Projeto Político Pedagógico.

¹ Pedagoga pelo Centro Universitário UNIFACVEST. Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante FAVENI. E-mail: anagrete2021@gmail.com.

² Pedagoga pela FACHUSC. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela PROMINAS. E-mail: cicera.estefane@gmail.com.

³ Graduada em Letras na FACHUSC. Especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira. E-mail: claudeteagra@hotmail.com.

⁴ Pedagogo pela Faculdade Latino-Americano de Educação. Especialização pela Universidade Cândido Mendes. E-mail: edilsonraniere@gmail.com.

⁵ Pedagoga pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Pernambuco. E-mail: edileuza.agra2021@gmail.com.

ABSTRACT: The Pedagogical Policy Project should be seen as a guiding instrument for inclusive educational actions that include actions that favor the development of children in early childhood education. In view of this, the general objective is to understand the importance of inclusive education as well as the PPP in the context of the Early Childhood School. To meet the proposed objective, an integrative review was carried out based on scientific articles. The main result was the importance of the PPP, which contributes towards helping to conquer and consolidate the school's autonomy, as well as to insert in the curriculum practices that contemplate the singularities and specificities of each child, which involves the school community during the entire educational process and feel responsible for what happens in the school environment, including and mainly in relation to the development of students with disabilities, who need to be especially attended to in their singularities. Afterwards, it is possible to conclude that it is necessary to broaden the debate within the school about issues involving inclusion that must be covered in the PPP is of vital importance. In this sense, it is important to highlight that the actions must be carried out through democratic management, in which collective responsibility prevails, so the actions identified as essential to define, correct and improve the PPP and make it more inclusive become facilitated when everyone becomes co-responsible for the actions and experiences that must be carried out based on this document.

Keywords: Early Childhood Education. Inclusion. Pedagogical Political Project.

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é abordado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 em seus artigos 12, 13 e 14: elencam que as escolas com a participação dos professores e outros profissionais da educação elaborarão e executarão a proposta pedagógica, seguindo normas de gestão democrática. Assim, o PPP é visto como referencial teórico da escola no qual devem estar contidas todas as ações a serem desenvolvidas no âmbito da escola de educação infantil. Nesse contexto, é possível apontar que a metodologia sugerida para uma verdadeira inclusão deverá ser desenvolvida através de práticas pedagógicas mais dinâmicas possíveis que respeitem os direitos e objetivos de aprendizagem, bem como os eixos norteadores da educação infantil brinquedos e brincadeiras.

A abordagem do tema justifica-se pelo fato de que o PPP é um documento muito importante que impacta na escolha dos materiais didáticos, nas ações favorecedoras do desenvolvimento da criança, nas vivências planejadas pelos professores e na própria formação do professor; usado com frequência como documento norteador nas práticas desenvolvidas no contexto da sala de aula por ser considerado um meio de expressão de afetos, sentimentos e ideias, que demonstram os avanços e singularidades das crianças,

funcionários, professores, bem como da equipe gestora acerca de vários pontos inclusive da inclusão escolar.

Como a educação inclusiva deve estar contemplada no Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil? Para responder a esse questionamento desde uma abordagem teórica será tomado como hipótese inicial deste trabalho o pressuposto de que é na dinâmica do currículo em desenvolvimento que se expressam os conceitos e pressupostos acerca da realidade e da participação efetiva dos sujeitos individuais, dos grupos organizados e das instituições na construção e transformação social. Isso explica a busca de alternativas curriculares para a inclusão cidadã e para a participação e construção política no mundo contemporâneo, dominado pela globalização cultural, econômica, tecnológica e midiática, exige da escola não só a matrícula obrigatória, a consideração das demandas sociais, a busca de atualidades nas informações e o respeito às diferenças para a formação de cidadãos críticos reflexivos (SANTIAGO, 2012).

Assim, objetivo geral foi compreender a importância da educação inclusiva bem como do Projeto Político Pedagógico no contexto da escola de Educação Infantil. Quanto aos objetivos específicos foram: descrever alguns aspectos gerais acerca de educação inclusiva; discutir a importância do Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil; relatar como a educação inclusiva deve estar contemplada no Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil.

1191

Portanto, no primeiro tópico será abordado alguns aspectos gerais acerca de educação inclusiva apontando-a como uma ferramenta fundamental para desenvolver a integração entre as crianças com desenvolvimento padrão e os que apresentam maneiras diferentes para construir sua aprendizagem.

Em seguida, será enfatizado a importância do Projeto Político Pedagógico partindo do pressuposto de que é construído a partir de objetivos comuns a comunidade escolar e envolve a finalidade da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e o processo avaliativo. Tudo isso permite a participação ativa de professores, gestores, pais, funcionários e alunos.

Por fim, apresentar-se-á a educação inclusiva mostrando como deve estar contemplada no Projeto Pedagógico da educação infantil. Entende-se que no PPP devem estar descritas as atividades e ações de aprendizagem que devem considerar as diferenças individuais sem assumirem uma abordagem homogeneizadora. É necessário respeitar a singularidade de cada criança e visualizá-la ao mesmo de forma holística, procurando

desenvolver espaços acessíveis a todas de forma a promover a aprendizagem com a construção de ambientes planejados intencionalmente que favoreçam a autonomia.

Nessa perspectiva, espera-se contribuir com o fortalecimento da construção do PPP na escola de educação infantil e visualizá-lo como ferramenta pedagógica essencial frente ao processo de educação inclusiva, visto ainda como um processo que deve deixar claro as ações que facilitarão a construção da aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais especiais.

O Projeto Político Pedagógico na Educação Infantil

O Projeto Político Pedagógico deve ser visto como um instrumento norteador das ações educacionais que devem se apresentar em função das necessidades e dificuldades que surgem no contexto das relações do cotidiano escolar. Nesse sentido, necessita ser dinâmico e flexível respeitando o tempo, o espaço e a opinião das pessoas que estão envolvidas em todo o processo. Assim sendo, na educação infantil as atividades a serem desenvolvidas devem estar repletas de intencionalidades e respeitar os direitos e os objetivos de aprendizagens das crianças. Esses por sua vez, devem estar inseridos no PPP de forma clara para que possa servir como ferramenta no desenvolvimento dos planos de aulas dos professores.

1192

Na educação infantil as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Além dos direitos de aprendizagens e desenvolvimento têm-se cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Aqueles constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Ademais articular os pressupostos que envolvem a educação infantil é importante para que as atividades com objetos concretos contemplem os direitos de aprendizagem da criança (BNCC, 2018).

As várias situações que as crianças vivenciam na educação infantil ajudam a desenvolver e estabelecer relações que permitem aperfeiçoar o conhecimento de mundo e enriquecer a participação delas de forma que elas também podem participar ativamente na construção do PPP da escola de educação infantil.

A palavra projeto significa “lançado para diante”, sendo sua origem do latim *projectu* dando a ideia de algo a ser executado, um planejamento, um plano, um intento, um desígnio, um propósito, uma resolução, uma decisão. Sob a visão de um planejamento pode-se dizer que é uma forma de organizar aquilo que se tem em mente. “Projeto é meta, mas torna concreto e gerador de movimento quando transposto para a compreensão das pessoas e por ela assumida” (FERREIRA, 2003, p. 112).

Entende-se que o PPP norteia a política de descentralização da gestão escolar, pois é através da construção desse que se efetivam as relações democráticas na escola. Isso remete a participação de todos que compõem a comunidade escolar, envolvendo membros da gestão escolar, funcionários, professores, pais e alunos.

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus autores e atores (GADOTTI, 1994, p. 579).

O PPP é construído a partir de objetivos comuns a comunidade escolar e envolve a finalidade da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e o processo avaliativo. Tudo isso permite a participação ativa de professores, gestores, pais, alunos e funcionários.

A concretização do PPP, no âmbito da concepção de gestão democrática, significa unir todas as pessoas envolvidas no processo de construção de maneira contínua para tomar decisões conjuntas, dessa forma requer que todos tenham constante encontros a fim de rever a escrita do PPP de forma a contemplar a inclusão em todos os momentos. É necessário buscar formas representativas e às vezes operativas, que permitam oportunamente a tomada de decisões.

O projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico e administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos (VEIGA, 2003, p. 275).

Ademais, é considerado de suma importância a participação de toda a comunidade escolar na construção do PPP da escola, levando em consideração todos os aspectos da inclusão escolar, traçando ações que contemplem o engajamento de todas as crianças em todas as atividades e fortalecendo a ideia de que é possível a participação ativa dos educandos com deficiência.

O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar (LIBÂNEO, 2003).

No PPP deve estar o registro de todas as ações escolares desde as mais simples ações do cotidiano até as definições das metas de longo prazo. Deve ser visto como um guia para o desenvolvimento das ações que prevê e fornece uma direção política e pedagógico para o trabalho que será construído no âmbito da escola de educação infantil.

Portanto, a interdisciplinaridade constitui um movimento importante de articulação entre ensinar e o aprender que contempla o PPP ao desenvolver ações ressignificam o trabalho pedagógico, o currículo, os métodos e as formas de organização dos ambientes para a aprendizagem.

De acordo com Veiga (2002) todo projeto necessita de uma direção política, um rumo, um norte. E por isso, o projeto pedagógico é um projeto político. Logo, o projeto pedagógico de uma escola é um processo que busca nos resultados uma diretriz para o seu próximo passo. A essência de um projeto pedagógico não está marcada apenas por uma direção, centrada em uma única pessoa, mas pelo envolvimento e comprometimento de toda a comunidade escolar, da família, da sociedade e das políticas públicas.

1194

Para o direcionamento da construção do PPP é preciso montar um retrato da escola para mostrar a realidade em que se vive, levando em consideração o sujeito, a escola de educação infantil e os métodos que serão utilizados para implementá-lo é necessário estruturá-lo em marcos.

Pode se afirmar que o PPP está estruturado em três marcos são eles: o marco situacional, o marco conceitual e o marco operacional. Com ênfase para o marco conceitual por acreditar que seja a primeira ação que parece fundamental para nortear a organização do trabalho escolar e a construção do projeto pedagógico embasado na concepção de sociedade, educação e escola que vise à emancipação humana. Ao ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente ele se constitui como processo contínuo. E, ao se constituir como processo, o PPP reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, enaltecendo sua função primordial de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja seu objetivo político-pedagógica (VEIGA, 1996, p.157).

Por conseguinte, fica claro que o PPP deve ser desenvolvido em um trabalho colaborativo que abrange toda a comunidade escolar, contempla a realidade local, a cultura, a economia e a realidade das próprias crianças. Envolve a concepção de educação, na qual se

retrata o aluno que se quer formar, o papel do professor, as opções metodológicas que podem ser utilizadas e os projetos institucionais que podem ser desenvolvidos.

A educação inclusiva no PPP da Educação Infantil

Ao definir a educação especial como uma modalidade de educação escolar, a qual deve perpassar transversalmente todos os níveis de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases, lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, no capítulo V, coloca a educação especial como integrante da rede regular de ensino, para pessoas com deficiência atendendo as demandas de todos os níveis de ensino desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Na proposta da educação inclusiva a equipe escolar deve atuar valorizando a diversidade no âmbito escolar inspirando ações acolhedoras e de acessibilidade com o objetivo de se alcançar a mesma qualidade de ensino para todas as crianças, independente de suas limitações. Dessa forma, a educação inclusiva prima por uma educação que realmente seja para todos e desprovida de qualquer preconceito ou atitudes discriminatórias.

Diante disso, a construção do PPP deve ser feito, desenvolvido e avaliado de forma conjunta abordando as ações que promovam a equidade entre todas as crianças e oportunizando crescimento e desenvolvimento para aqueles educandos com deficiência.

1195

Como observa Veiga (2003) os pressupostos teórico-metodológicos de um bom projeto político pedagógico precisa apresentar as seguintes características: ser um processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar os princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma nova realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

A escola deve contribuir para a transformação, para efetivar direitos e garantir a equidade e dignidade das crianças. A escola deve ser construtora de cidadania crítica, garantidora de qualidade, de participação e responsabilidade coletiva.

Ademais, referindo-se à execução do projeto é importante destacar que este terá qualidade quando apresentar as características a seguir nasce da própria realidade, tendo suporte a explicitação das causas, dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; é exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; é construído

continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível (VEIGA, 2003).

É evidente que o termo político do PPP envolve a natureza democrática, o que permite afirmar que a intenção é contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, não opressora, que apresente autonomia, dotada de sujeitos construtores de uma sociedade solidária. Sendo possível então definir o tipo de sociedade que se deseja ter. Nesse sentido, pode-se dizer que o PPP é histórico, apresenta visões de mundo, de homem e de sociedade por isso está sempre inconcluso.

Necessário se faz ainda, abordar no PPP da educação infantil as diferenças entre as crianças e valorizar essas características por meio de atividades que favoreçam o desenvolvimento e aprimoramento das potencialidades de cada criança.

O processo de inclusão de educandos com deficiência deve ocorrer no interior da escola como espaço social e democrático, no qual o acesso ao conhecimento contribui para o reconhecimento da diferença como essência da humanidade, a solidariedade, a manifestação da criatividade, originalidade e autoria, como também para a vivência solidária de experiências, considerando que a escola como espaço para todos deve promover a remoção das barreiras à aprendizagem, deixando de enfatizar as deficiências dos alunos como obstáculo, destacando, sobretudo, sua humanidade e, conseqüentemente, seu direito à educação escolar e o acesso ao conhecimento em espaços educativos democráticos (COSTA, 2002, p.79).

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, porquanto realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Nestes casos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento dos deficientes (MEC, 2008).

Entende-se que no PPP devem estar descritas as atividades e ações de aprendizagem que levem em consideração as diferenças individuais sem assumirem uma abordagem homogeneizadora. É necessário respeitar a singularidade de cada criança e visualizá-la ao mesmo tempo de forma holística, procurando desenvolver espaços acessíveis a todas de forma a promover a aprendizagem com a construção de ambientes planejados intencionalmente que favoreçam a autonomia.

METODOLOGIA

A revisão integrativa é considerada a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010).

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Para tanto foi desenvolvida uma revisão integrativa da literatura, realizada busca eletrônica de artigos na Biblioteca Virtual em Saúde e utilizou-se dos estudos, que atenderam a temática, ao objetivo proposto e aos critérios adotados para seleção, oriundos da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) sobre o tema “O Projeto Político Pedagógico (PPP) e o processo de inclusão na Educação Infantil: uma revisão integrativa”.

Para desenvolver o estudo foram seguidas as seguintes etapas da revisão integrativa da literatura: primeira etapa: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; segunda etapa: estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos ou busca na literatura; terceira etapa: definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; quarta etapa: avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; quinta etapa: interpretação dos resultados (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

Como a educação inclusiva deve estar contemplada no PPP da educação infantil? Para buscar respostas a essa indagação foi utilizada a busca de artigos com recorte temporal entre 2010 e 2021 em base de dados eletrônicos, durante dezembro de 2019 à janeiro de 2022. Para as pesquisas nas bases de dados LILACS e SCIELO foram utilizados os descritores: educação inclusiva, projeto político pedagógico.

Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram: artigos publicados de 2010 a 2021; em português; em revistas; resumo/abstract disponível para análise e artigos com abordagem para educação inclusiva e projeto político pedagógico. Dos 08 artigos levantados, 05 atenderam aos critérios de inclusão, após a leitura na íntegra, 02 foram excluídos porquanto apesar de serem encontrados utilizando os descritores não tinham relação com o objetivo da pesquisa. Os artigos encontrados na busca nas bases de dados foram submetidos

à leitura exploratória seletiva e analítica por meio da qual foram aplicados os critérios de inclusão, sendo a amostra final desta revisão integrativa constituída de 03 artigos.

Os artigos analisados foram denominados artigos, numerados de 1, 2 e 3 e agrupados em duas categorias temáticas conforme similaridade, assim denominadas: conceito de educação inclusiva e projeto político pedagógico bem como educação inclusiva no PPP. O quadro 1 traz o delineamento de pesquisa e a síntese da conclusão dos três artigos.

Quadro 1 – Artigos sobre educação inclusiva e PPP publicados na LILACS e SCIELO segundo título, autor, ano e achado.

Procedência	Título	Autor	Mês/Ano	Achado
Scielo	A educação física e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação.	Luciana Venâncio; Suraya Cristi na Darido	Jan./mar. 2012	PPP é processo de criação, transformação, mudança de algo que está por vir, promessa para o futuro, empresa, desejo, antecipação, finalidade, tensão, incertezas, ação, meio que permite ao homem ser parte da história.
Lilacs	Projeto político pedagógico: elaboração e aplicação nas escolas públicas de Maringá.	Amauri Aparecido Bássoli; Ana Luíza Barbosa Anversa; Fabiane Castilho Teixeira; Nadia Maria Qualio Braz	Jan/mar 2011	PPP configura-se como a sistematização de um planejamento participativo, no qual se define a ação educativa que será realizada na caminhada pedagógica.
Scielo	Política educacional e pedagógica educação especial na perspectiva da educação inclusiva na rede de ensino público em Manaus.	Julia Graziela Bernardino de Araújo Queiroz; Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro	Abr./ jun 2019	A escola é considerada inclusiva por basear-se na reconstrução e no reconhecimento das diferenças e das práticas pedagógicas pautadas em novas estratégias educacionais, oferecendo oficinas pedagógicas centradas na formação do aluno (atuação no mundo produtivo e capacitação no desenvolvimento de atividades econômicas e laborais cotidianas).

Fonte: Autor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados foram descritos por meio de frequências e discutidos segundo a literatura pertinente.

Categoria 1 – Conceito de PPP e escola inclusiva

De acordo com o estudo 1, o qual afirma que o PPP é processo de criação, transformação, mudança de algo que está por vir, promessa para o futuro, empresa, desejo, antecipação, finalidade, tensão, incertezas, ação, meio que permite ao homem ser parte da história.

Ocorre que, junto a construção do PPP é possível mostrar a filosofia de trabalho em consonância com os princípios que regem a educação inclusiva traduzindo o preconceito, a discriminação, a estigmatização que são comportamentos aprendidos em respeito, autonomia a aceitação das diferenças que deverão passar a predominar nas relações que emergem nas escolas de educação infantil.

A construção do projeto político pedagógico exige reflexão sobre as finalidades da escola, assim como explicitação de seu papel social, definição dos caminhos a serem percorridos e das ações a serem desencadeadas por todos os envolvidos no processo educativo. E, portanto, produto da reflexão sobre a realidade interna da instituição, referenciada a um contexto social mais amplo (VEIGA, 2010).

Como mostra o estudo 2 o PPP configura-se como a sistematização de um planejamento participativo, no qual se define a ação educativa que será realizada na caminhada pedagógica.

O PPP deve ser elaborado a partir de uma relação horizontal, na qual haja a participação ativa de todos os ingredientes da escola. A gestão democrática é considerada o ponto de partida para discutir as questões pertinentes com autonomia. Dessa forma, faz-se necessário um planejamento para definir os objetivos e conceitos que a escola de educação infantil pretende adotar.

Como é possível verificar na Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 no caput do art. 14, serão os sistemas de ensino de cada estado que definirão as normas de gestão democrática do ensino público, o que apesar de ser conforme os princípios expressos na lei, de certa forma limita um pouco a autonomia das escolas, no sentido de incorporarem suas experiências bem sucedidas. As normas do art. 14 são válidas apenas para as escolas públicas, porém o caput do art. 12 e o art. 13 incluem as escolas privadas, uma vez que se referem aos estabelecimentos de ensino e aos docentes em geral, não especificando se é privada ou pública. O inciso I do art. 14 não deixa claro quem são os profissionais da educação e quais as suas atribuições.

As diferentes concepções de educação, mesmo implícitas, sempre estão presentes no planejamento educacional e curricular. Quando a escola seleciona objetivos, conteúdos, metodologia e critérios de avaliação do aprendizado, está optando por um determinado projeto educacional, que de forma alguma é neutro em relação à cidadania (PALMA FILHO, 1998)

Categoria 2 – Educação inclusiva no PPP

Como aponta o estudo 3 a escola é considerada inclusiva por basear-se na reconstrução e no reconhecimento das diferenças e das práticas pedagógicas pautadas em novas estratégias educacionais, oferecendo oficinas pedagógicas centradas na formação do aluno, ou seja, preparando-o para a atuação no mundo produtivo e capacitação no desenvolvimento de atividades econômicas e laborais.

Nesse sentido, pode se perceber que a educação inclusiva está inserida nas ações que devem ser desenvolvidas no âmbito das escolas de educação infantil e conseqüentemente no PPP, visto que esse se configura como um instrumento norteador das ações que são promovidas pela equipe pedagógica da escola. É importante destacar que essas ações devem possibilitar o acesso a todos de forma equitativa bem como a sua permanência a fim de facilitar a construção do conhecimento com atividades concretas e utilizando o lúdico.

1200

A reflexão é no sentido de pensar nas mudanças necessárias desde a educação infantil, por ser esta a primeira etapa da educação básica e período crítico no processo de desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência. A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc., voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. Existe a necessidade de se repensar a prática pedagógica como elemento fundamental de inclusão escolar na educação infantil (CARNEIRO, 2011).

O PPP encontra espaço na educação infantil, pois destaca como finalidade a construção do conhecimento por parte do educando, sendo o lúdico, a cultura popular, a brincadeira e o jogo temas principais a serem consideradas e desenvolvidos na proposta pedagógica da escola (FREIRE, 1989).

A escola tem uma proposta pedagógica nesse âmbito os conteúdos do jogo e do brinquedo não podem ser desconsiderados. A proposição apresentada permite uma

integração com uma proposta pedagógica ampla e integrada nos primeiros anos de escolarização (FREIRE, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada foi possível estabelecer algumas reflexões a respeito da temática que relaciona o PPP da educação infantil e a inclusão. Percebe-se que a gestão democrática é fundamental para a elaboração do PPP, porquanto contempla a realidade da escola, retrata a visão de integralidade e a reflexão acerca do processo de inclusão, ainda sobre a necessidade de reconstrução e do reconhecimento das diferenças e das práticas pedagógicas pautadas em novas estratégias educacionais a fim de promover uma educação inclusiva dentro das instituições de educação infantil.

Partindo dessa reflexão inicial é possível afirmar que o PPP tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, bem como de inserir no currículo práticas que contemplem as singularidades e especificidades de cada criança, de forma que a comunidade escolar se sinta corresponsável e construtora de conhecimento.

A reflexão desenvolvida é relevante para ampliar o debate no interior da escola acerca dos assuntos que devem estar contemplados no PPP. Nesse contexto, é importante destacar que deve ser realizado através de uma gestão democrática, na qual prevaleça a responsabilidade coletiva. Sendo assim, torna-se essencial corrigir e tecer novas reflexões continuamente no PPP com a participação efetiva de todos que compõem a comunidade escolar.

Esta pesquisa torna-se relevante do ponto de vista teórico, porquanto pode promover a promoção e a reflexão da prática desenvolvida na sala de aula e fortalecer o conhecimento científico. Por fim, ainda carece da realização de outras pesquisas nesta área, a fim de potencializar as ações no processo de construção, execução e avaliação do PPP no contexto da educação inclusiva nas instituições de educação infantil, compartilhado por professores, gestores, alunos e pais, formando cidadãos participes e críticos e conseqüentemente uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. CNE/CEB. 2010.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 9394/96. Brasília, 1996.

BICUDO. M.A.V.; SILVA JUNIOR, C. (Orgs.) **Formação do educador e avaliação educacional.** São Paulo: UNESP, 1999. In: VEIGA, I.P.A. **Escola: espaço de projeto político pedagógico.** Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental>. Acesso em: 30 de dez. de 2021.

CARNEIRO, R. U. C. **Educação inclusiva na educação infantil.** 2011.

COSTA, V. A. **Produção do conhecimento na educação dos indivíduos com deficiência.** *Revista Movimento da FEUFF.* Nº 6, Niterói, Rio de Janeiro, 2002.

DRAGO, R. **Projeto Político Pedagógico e inclusão escolar: um diálogo possível.** 2018.

DORNELLES, C.B.; FERREIRA, I.C. **Projeto Político Pedagógico: um desafio a ser alcançado.** 2010.

FREIRE, J.B. **Educação de corpo inteiro.** São Paulo: Scipione, 1989.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico.** In: MEC, *anais da Conferência Nacional de Educação para todos.* Brasília – DF, 1994, p. 576-581.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES K. D. S.; SILVEIRA R. C. C. P.; GALVÃO C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto contexto enferm.** Florianópolis, out -dez, 756-64, 2008.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação.* V. 11, nº33, Rio de Janeiro, set. – dez., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

OLIVEIRA, A. A. B. **Projeto político pedagógico: elaboração e aplicação nas escolas públicas de Maringá.** *Rev. de Educ. Física da UFGRS.* V. 17, jan. - mar., 2011. Disponível em: <https://seer.ufgrs.br/movimento/article/view/16524/12943>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

PALMA FILHO, J.C. **Cidadania e educação.** *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo, nº104, 101-21, 1988.

QUEIROZ, J.G.B.A. GUERREIRO, E.M.B.R. **Política educacional e pedagógica da educação especial na perspectiva da educação inclusiva na rede de ensino público de Manaus.** *Rev. Bras. Educ. Esp.* V. 25, nº 2, 233-248, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?Pid=51413-65382019000200233&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 de dez. de 2021.

SOUZA M.T.; SILVA M.D.; CARVALHO R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. 102-6, 2010.

VASCONCELLOS, C.S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6ª ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, I.P.A. **Projeto político pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação**. Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento: perspectivas atuais. Belo Horizonte, nov. 2010.

_____. Inovações e projeto político pedagógico. **Cad. Cedes**. Campinas, v. 23, nº 61, 267-281, dez., 2003.

_____. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: papiros, 1996.

_____. Inovações e projeto político pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 23, nº 61, 267-281, dez., 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 de dez de 2021.

VENÂNCIO, L.; DARIDO, S.C. A educação física escolar e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa ação. **Rev. Bras. Educ. Física Esporte**. São Paulo, v. 26, 97-109, jan.- mar., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n1/a10v26n1.pdf>. Acesso em: 15 de dez de 2021.